

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
CAPÍTULO I		CAPÍTULO I
Da Finalidade		Finalidade
Art.1º - Este Regulamento tem por finalidade instituir o Plano Família Ceres, doravante denominado Plano, para os associados e membros dos Instituidores, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, doravante denominada Entidade.		Art.1º - Este Regulamento tem por finalidade instituir o Plano Família Ceres, doravante denominado Plano, para os associados e membros dos Instituidores, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, doravante denominada Entidade.
Parágrafo Único - O Plano é estruturado na modalidade de Contribuição Definida.		Parágrafo Único - O Plano é estruturado na modalidade de Contribuição Definida.
CAPÍTULO II		CAPÍTULO II
Dos Membros		Dos Membros
Artigo 2º - São membros do Plano: I - o(s) Instituidor(es); II - os Participantes; III - os Assistidos; e IV - os Beneficiários.		Artigo 2º - São membros do Plano: I - o(s) Instituidor(es); II - os Participantes; III - os Assistidos; e IV - os Beneficiários.
2.1 Dos Instituidores Artigo 3º - Considera-se Instituidor a pessoa jurídica regularmente constituída de caráter profissional, classista ou setorial, que instituir este Plano ou aderir a este Plano, mediante celebração de convênio ou termo de adesão.		2.1 Dos Instituidores Artigo 3º - Considera-se Instituidor a pessoa jurídica regularmente constituída de caráter profissional, classista ou setorial, que instituir este Plano ou aderir a este Plano, mediante celebração de convênio ou termo de adesão.
2.2 Dos Participantes e Assistidos Artigo 4º - Considera-se Participante:		2.2 Dos Participantes e Assistidos Artigo 4º - Considera-se Participante:
I - aquele que na qualidade de associado do Instituidor, membro ou pessoa física vinculada direta ou indiretamente ao Instituidor venha aderir ao plano e a ele permaneça vinculado;		I - aquele que na qualidade de associado do Instituidor, membro ou pessoa física vinculada direta ou indiretamente ao Instituidor venha aderir ao plano e a ele permaneça vinculado;
II - aquele que, estando na condição de Participante, optar pelo instituto do Autopatrocínio; e		II - aquele que, estando na condição de Participante, optar pelo instituto do Autopatrocínio; e
III - aquele que, estando na condição de Participante, optar pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido.		III - aquele que, estando na condição de Participante, optar pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido.
Artigo 5º - Considera-se Assistido o Participante ou seu Beneficiário em gozo de renda de prestação continuada assegurado pelo Plano.		Artigo 5º - Considera-se Assistido o Participante ou seu Beneficiário em gozo de renda de prestação continuada assegurado pelo Plano.
2.3 Dos Beneficiários Artigo 6º - São Beneficiários do Participante as pessoas por ele designadas, inscritas no Plano de Benefícios, nos termos do Regulamento, para fins de recebimento de renda de pensão por morte e/ou pecúlio por morte.		2.3 Dos Beneficiários Artigo 6º - São Beneficiários do Participante as pessoas por ele designadas, inscritas no Plano de Benefícios, nos termos do Regulamento, para fins de recebimento de renda de pensão por morte e/ou pecúlio por morte.
2.4 Da Inscrição Artigo 7º - A inscrição do Participante no Plano é facultativa e far-se-á mediante a assinatura de formulário fornecido pela Entidade, sendo pressuposto indispensável à obtenção de qualquer renda, pecúlio ou direito a instituto por ele assegurado.		2.4 Da Inscrição Artigo 7º - A inscrição do Participante no Plano é facultativa e far-se-á mediante a assinatura de formulário fornecido pela Entidade, sendo pressuposto indispensável à obtenção de qualquer renda, pecúlio ou direito a instituto por ele assegurado.

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
Artigo 8º - O Participante deverá, por meio do formulário de inscrição, mencionado no artigo 7º, indicar a idade provável na qual estima receber a renda programada, que servirá de base para estimativa da meta projetada dessa renda e da meta projetada da renda referente ao risco de invalidez ou morte, podendo, anualmente, alterar a supracitada idade, por meio de formulário próprio fornecido pela Entidade.		Artigo 8º - O Participante deverá, por meio do formulário de inscrição, mencionado no artigo 7º, indicar a idade provável na qual estima receber a renda programada, que servirá de base para estimativa da meta projetada dessa renda e da meta projetada da renda referente ao risco de invalidez ou morte, podendo, anualmente, alterar a supracitada idade, por meio de formulário próprio fornecido pela Entidade.
§ 1º - No ato da inscrição o Participante deverá autorizar a cobrança das contribuições de que trata este Regulamento, mediante débito em conta corrente, boleto bancário, desconto em folha de pagamento ou outra forma acordada.		§ 1º - No ato da inscrição o Participante deverá autorizar a cobrança das contribuições de que trata este Regulamento, mediante débito em conta corrente, boleto bancário, desconto em folha de pagamento ou outra forma acordada.
§ 2º - No ato da inscrição será entregue ao Participante o certificado, um exemplar do Estatuto da Entidade e do Regulamento do Plano, além de material explicativo que descreva em linguagem simples as características do Plano.		§ 2º - No ato da inscrição será entregue ao Participante o certificado, um exemplar do Estatuto da Entidade e do Regulamento do Plano, além de material explicativo que descreva em linguagem simples as características do Plano.
§ 3º - Com exceção do certificado, os demais documentos poderão ser disponibilizados em meio magnético.		§ 3º - Com exceção do certificado, os demais documentos poderão ser disponibilizados em meio magnético.
§ 4º - O certificado deverá conter: I - os requisitos que regulam a admissão e a manutenção da qualidade de Participante; II - os requisitos de elegibilidade; e III - as formas de cálculo das rendas e pecúlio.		§ 4º - O certificado deverá conter: I - os requisitos que regulam a admissão e a manutenção da qualidade de Participante; II - os requisitos de elegibilidade; e III - as formas de cálculo das rendas e pecúlio.
Artigo 9º - O Participante poderá inscrever seus Beneficiários no ato da sua inscrição, mediante preenchimento de formulário próprio fornecido pela Entidade.		Artigo 9º - O Participante poderá inscrever seus Beneficiários no ato da sua inscrição, mediante preenchimento de formulário próprio fornecido pela Entidade.
§1º - O Participante poderá atualizar a qualquer momento o rol de seus Beneficiários, mediante o preenchimento de formulário próprio fornecido pela Entidade.		§1º - O Participante poderá atualizar a qualquer momento o rol de seus Beneficiários, mediante o preenchimento de formulário próprio fornecido pela Entidade.
§2º - Ocorrendo falecimento do participante, mesmo na fase de recebimento de renda, sem que tenha sido feita a inscrição de beneficiários, o saldo total das contas individuais remanescente, na época, será dos herdeiros legais.		§2º - Ocorrendo falecimento do participante, mesmo na fase de recebimento de renda, sem que tenha sido feita a inscrição de beneficiários, o saldo total das contas individuais remanescente, na época, será dos herdeiros legais.
2.5 Do cancelamento da Inscrição Artigo 10 - Dar-se-á o cancelamento da inscrição do Participante que: I - requerer; II - falecer; III - optar pelo instituto da Portabilidade; ou IV - optar pelo instituto do Resgate.		2.5 Do cancelamento da Inscrição Artigo 10 - Dar-se-á o cancelamento da inscrição do Participante que: I - requerer; II - falecer; III - optar pelo instituto da Portabilidade; ou IV - optar pelo instituto do Resgate.
Artigo 11 - Ressalvado o caso de falecimento do Participante, o cancelamento da inscrição do Participante importará na imediata perda dos direitos inerentes a essa qualidade e no cancelamento automático da inscrição dos seus Beneficiários, dispensado, em todos os casos, qualquer aviso ou notificação, observado o disposto no artigo 45.		Artigo 11 - Ressalvado o caso de falecimento do Participante, o cancelamento da inscrição do Participante importará na imediata perda dos direitos inerentes a essa qualidade e no cancelamento automático da inscrição dos seus Beneficiários, dispensado, em todos os casos, qualquer aviso ou notificação, observado o disposto no artigo 45.
CAPÍTULO III		CAPÍTULO III

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
Das Disposições Financeiras		Das Disposições Financeiras
Artigo 12 - O custeio das rendas, programada e de risco, e de pecúlio assegurados pelo Plano de Benefícios será atendido por contribuições dos participantes, de terceiros e pelo resultado líquido das aplicações desses recursos.		Artigo 12 - O custeio das rendas, programada e de risco, e de pecúlio assegurados pelo Plano de Benefícios será atendido por contribuições dos participantes, de terceiros e pelo resultado líquido das aplicações desses recursos.
Artigo 13 - Este Plano será custeado pelas seguintes fontes de receita:		Artigo 13 - Este Plano será custeado pelas seguintes fontes de receita:
I – Contribuição Básica de Participante, para cobertura da Renda Programada do Participante;		I – Contribuição Básica de Participante, para cobertura da Renda Programada do Participante;
II – Contribuição Esporádica de Participante, para reforçar a Renda Programada do Participante;		II – Contribuição Esporádica de Participante, para reforçar a Renda Programada do Participante;
III – Contribuição Adicional de Participante e de participante assistido, para cobertura de Rendas e Pecúlio de Risco do Participante;		III – Contribuição Adicional de Participante e de participante assistido, para cobertura de Rendas e Pecúlio de Risco do Participante;
IV - Contribuição de Terceiros;		IV - Contribuição de Terceiros;
V - Recursos financeiros objeto de portabilidade, recepcionados pelo Plano;		V - Recursos financeiros objeto de portabilidade, recepcionados pelo Plano;
VI - Resultados dos investimentos dos bens e valores patrimoniais; e		VI - Resultados dos investimentos dos bens e valores patrimoniais; e
VII - Doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias, não previstas nos itens precedentes.		VII - Doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias, não previstas nos itens precedentes.
CAPÍTULO IV		CAPÍTULO IV
Das Contribuições		Das Contribuições
Artigo 14 - A Contribuição Básica de Participante, mensal, para o custeio da Renda Programada, será o valor livremente por ele escolhido, observado o valor mínimo fixado no plano de custeio anual.		Artigo 14 - A Contribuição Básica de Participante, mensal, para o custeio da Renda Programada, será o valor livremente por ele escolhido, observado o valor mínimo fixado no plano de custeio anual.
§1º - O Participante poderá avaliar a previsão do valor do benefício por ele simulado, para alterar o valor da contribuição, a qualquer tempo.		§1º - O Participante poderá avaliar a previsão do valor do benefício por ele simulado, para alterar o valor da contribuição, a qualquer tempo.
§2º - No formulário de inscrição, o participante deverá indicar o valor escolhido de sua contribuição, e poderá alterá-lo, a qualquer momento, por meio de formulário disponibilizado pela Entidade, observando o mínimo previsto no caput.		§2º - No formulário de inscrição, o participante deverá indicar o valor escolhido de sua contribuição, e poderá alterá-lo, a qualquer momento, por meio de formulário disponibilizado pela Entidade, observando o mínimo previsto no caput.
Artigo 15 - A Contribuição Esporádica de Participante, para reforço do custeio da Renda Programada, será em valor livremente por ele escolhido e recolhido, a qualquer tempo.		Artigo 15 - A Contribuição Esporádica de Participante, para reforço do custeio da Renda Programada, será em valor livremente por ele escolhido e recolhido, a qualquer tempo.
Artigo 16 - A Contribuição Adicional de Participante e do participante assistido, mensal, para aquele que optar, a qualquer tempo, por meio de formulário próprio da Entidade, pela cobertura referente aos sinistros de invalidez e/ou morte, para garantia do Capital Segurado, mediante contrato firmado entre a Ceres e a Sociedade Seguradora, será destinada ao custeio das rendas de invalidez e pensão por morte e pecúlio por morte.		Artigo 16 - A Contribuição Adicional de Participante e do participante assistido, mensal, para aquele que optar, a qualquer tempo, por meio de formulário próprio da Entidade, pela cobertura referente aos sinistros de invalidez e/ou morte, para garantia do Capital Segurado, mediante contrato firmado entre a Ceres e a Sociedade Seguradora, será destinada ao custeio das rendas de invalidez e pensão por morte e pecúlio por morte.

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
Parágrafo Único - A possibilidade de adesão ao Seguro, dependerá do perfil etário do participante e do participante assistido, em função das regras fixadas pela Sociedade Seguradora e pela legislação vigente, sendo que poderá ser contratado a cobertura para a renda de invalidez, renda de pensão por morte ou de pecúlio por morte, de forma conjunta ou segregada, em relação à cada participante e participante assistido, de acordo com a nota técnica atuarial.		Parágrafo Único - A possibilidade de adesão ao Seguro, dependerá do perfil etário do participante e do participante assistido, em função das regras fixadas pela Sociedade Seguradora e pela legislação vigente, sendo que poderá ser contratado a cobertura para a renda de invalidez, renda de pensão por morte ou de pecúlio por morte, de forma conjunta ou segregada, em relação à cada participante e participante assistido, de acordo com a nota técnica atuarial.
Artigo 17 - O plano poderá receber Contribuição de Terceiros realizada por empregadores em relação a seus empregados, instituidores em relação a seus associados ou membros, ou terceiros, mediante celebração de instrumento contratual específico para este propósito.		Artigo 17 - O plano poderá receber Contribuição de Terceiros realizada por empregadores em relação a seus empregados, instituidores em relação a seus associados ou membros, ou terceiros, mediante celebração de instrumento contratual específico para este propósito.
Artigo 18 - As parcelas das contribuições para o plano, referentes à cobertura do Capital Segurado e do custo administrativo, deverão ser recolhidas à Entidade até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao do mês da respectiva competência, por terem caráter mutualista.		Artigo 18 - As parcelas das contribuições para o plano, referentes à cobertura do Capital Segurado e do custo administrativo, deverão ser recolhidas à Entidade até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao do mês da respectiva competência, por terem caráter mutualista.
§1º - A parcela da contribuição para o plano, referente à cobertura da renda programada, tem como data de repasse também o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao do mês da respectiva competência, porém caso não seja recolhida, não terá penalidade, uma vez que esta parcela da contribuição tem caráter individualista, não gerando impacto ao grupo de participante pelo não recolhimento.		§1º - A parcela da contribuição para o plano, referente à cobertura da renda programada, tem como data de repasse também o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao do mês da respectiva competência, porém caso não seja recolhida, não terá penalidade, uma vez que esta parcela da contribuição tem caráter individualista, não gerando impacto ao grupo de participante pelo não recolhimento.
§2º - No caso de não ser recolhida pelo Participante, a parcela da contribuição referente à cobertura do custo administrativo, custeada pela Taxa de Carregamento, conforme §1º do artigo 19, a Ceres compensará a ausência do custeio dessa parcela da despesa administrativa com a cobrança de uma Taxa de Administração específica, incidente sobre o saldo das contas individuais do Participante, apurado ao final de cada mês, cujo percentual será definido anualmente pelo órgão estatutário competente da Entidade, baseado em critérios uniformes e não discriminatórios e amplamente divulgado aos Participantes e Assistidos por meio dos veículos usualmente utilizados pela Entidade.		§2º - No caso de não ser recolhida pelo Participante, a parcela da contribuição referente à cobertura do custo administrativo, custeada pela Taxa de Carregamento, conforme §1º do artigo 19, a Ceres compensará a ausência do custeio dessa parcela da despesa administrativa com a cobrança de uma Taxa de Administração específica, incidente sobre o saldo das contas individuais do Participante, apurado ao final de cada mês, cujo percentual será definido anualmente pelo órgão estatutário competente da Entidade, baseado em critérios uniformes e não discriminatórios e amplamente divulgado aos Participantes e Assistidos por meio dos veículos usualmente utilizados pela Entidade.
§3º - No caso de não ser recolhida a parcela da contribuição referente à cobertura do Capital Segurado, estará automaticamente cancelada a cobertura deste Capital referente às rendas de invalidez e de pensão por morte ou do pecúlio por morte, que tiverem sido escolhidos pelo Participante e pelo participante assistido, uma vez que não haverá mais a garantia do Capital Segurado por meio da Sociedade Seguradora, ressaltando, porém, que as referidas rendas estarão cobertas, de acordo com caput do artigo 31, com base no saldo total da Conta Renda, não existindo apenas o reforço desta Conta por meio do Capital Segurado.		§3º - No caso de não ser recolhida a parcela da contribuição referente à cobertura do Capital Segurado, estará automaticamente cancelada a cobertura deste Capital referente às rendas de invalidez e de pensão por morte ou do pecúlio por morte, que tiverem sido escolhidos pelo Participante e pelo participante assistido, uma vez que não haverá mais a garantia do Capital Segurado por meio da Sociedade Seguradora, ressaltando, porém, que as referidas rendas estarão cobertas, de acordo com caput do artigo 31, com base no saldo total da Conta Renda, não existindo apenas o reforço desta Conta por meio do Capital Segurado.
CAPÍTULO V		CAPÍTULO V
Do Custeio das Despesas Administrativas		Do Custeio das Despesas Administrativas

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
Artigo 19 - O custeio das despesas administrativas, relacionado com a gestão do Plano, poderá ser realizado por meio do seguinte: I - Contribuições dos Participantes e Assistidos; II - Contribuição de Terceiros; III - Reembolso de Terceiros; IV - Resultado de Investimentos; V - Receitas Administrativas; VI - Fundo Administrativo; VII - Dotação inicial; e VIII - Doações.		Artigo 19 - O custeio das despesas administrativas, relacionado com a gestão do Plano, poderá ser realizado por meio do seguinte: I - Contribuições dos Participantes e Assistidos; II - Contribuição de Terceiros; III - Reembolso de Terceiros; IV - Resultado de Investimentos; V - Receitas Administrativas; VI - Fundo Administrativo; VII - Dotação inicial; e VIII - Doações.
§ 1º - A Taxa de Carregamento incidirá sobre a Contribuição Básica de Participante, sobre a Contribuição de Terceiros e sobre o valor da renda mensal percebida pelo Assistido, cujos percentuais serão definidos anualmente pelo órgão estatutário competente da Entidade, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.		§ 1º - A Taxa de Carregamento incidirá sobre a Contribuição Básica de Participante, sobre a Contribuição de Terceiros e sobre o valor da renda mensal percebida pelo Assistido, cujos percentuais serão definidos anualmente pelo órgão estatutário competente da Entidade, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.
§ 2º - O órgão estatutário competente da Entidade também definirá anualmente o percentual da Taxa de Administração, que incidirá sobre o saldo das contas individuais dos participantes previstas neste Regulamento.		§ 2º - O órgão estatutário competente da Entidade também definirá anualmente o percentual da Taxa de Administração, que incidirá sobre o saldo das contas individuais dos participantes previstas neste Regulamento.
§ 3º - Os percentuais da Taxa de Carregamento e da Taxa de Administração definidos anualmente pelo órgão estatutário competente da entidade deverão ser amplamente divulgados aos Participantes e Assistidos, por meio dos veículos usualmente utilizados pela Entidade.		§ 3º - Os percentuais da Taxa de Carregamento e da Taxa de Administração definidos anualmente pelo órgão estatutário competente da entidade deverão ser amplamente divulgados aos Participantes e Assistidos, por meio dos veículos usualmente utilizados pela Entidade.
§4º - Os recursos destinados ao custeio das despesas administrativas não são passíveis de restituição, a qualquer título.		§4º - Os recursos destinados ao custeio das despesas administrativas não são passíveis de restituição, a qualquer título.
CAPÍTULO VI		CAPÍTULO VI
Das Contas Individuais		Das Contas Individuais
Artigo 20 - Os recursos previstos no Capítulo IV serão transformados em quotas patrimoniais do Plano, e comporão a Conta Participante, a Conta Terceiros, a Conta Portabilidade, a Conta Seguro Renda e a Conta Seguro Pecúlio, para cada Participante.		Artigo 20 - Os recursos previstos no Capítulo IV serão transformados em quotas patrimoniais do Plano, e comporão a Conta Participante, a Conta Terceiros, a Conta Portabilidade, a Conta Seguro Renda e a Conta Seguro Pecúlio, para cada Participante.
§1º - A Conta Participante será constituída dos recursos obtidos da Contribuição Básica Líquida de Participante e da Contribuição Esporádica de Participante e dos retornos líquidos dos investimentos.		§1º - A Conta Participante será constituída dos recursos obtidos da Contribuição Básica Líquida de Participante e da Contribuição Esporádica de Participante e dos retornos líquidos dos investimentos.
§2º - A Conta Terceiros será constituída pelas Contribuições Líquidas aportadas ao plano por terceiros, segregada em subcontas de empregadores dos participantes, instituidores e outros, conforme a constituição, e dos retornos líquidos dos investimentos.		§2º - A Conta Terceiros será constituída pelas Contribuições Líquidas aportadas ao plano por terceiros, segregada em subcontas de empregadores dos participantes, instituidores e outros, conforme a constituição, e dos retornos líquidos dos investimentos.
§3º - A Conta Portabilidade será constituída pelos valores portados de outro plano de benefícios de entidade de previdência complementar ou de sociedade seguradora, segregados em subcontas por entidade aberta ou fechada de previdência complementar, conforme sua constituição, e dos		§3º - A Conta Portabilidade será constituída pelos valores portados de outro plano de benefícios de entidade de previdência complementar ou de sociedade seguradora, segregados em subcontas por entidade aberta ou fechada de previdência complementar, conforme sua constituição, e dos

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
retornos líquidos dos investimentos.		retornos líquidos dos investimentos.
§4º - A Conta Seguro Renda será constituída do recurso obtido mediante indenização advindo do Seguro de eventual sinistro ocorrido de invalidez ou morte do participante e do participante assistido, destinado à cobertura da Renda de Invalidez ou da Renda de Pensão por Morte do Participante e do participante assistido.		§4º - A Conta Seguro Renda será constituída do recurso obtido mediante indenização advindo do Seguro de eventual sinistro ocorrido de invalidez ou morte do participante e do participante assistido, destinado à cobertura da Renda de Invalidez ou da Renda de Pensão por Morte do Participante e do participante assistido.
§5º - A Conta Seguro Pecúlio será constituída do recurso obtido mediante indenização advindo do Seguro de eventual sinistro ocorrido de morte do participante e do participante assistido, destinado à cobertura do Pecúlio por Morte do Participante e do participante assistido.		§5º - A Conta Seguro Pecúlio será constituída do recurso obtido mediante indenização advindo do Seguro de eventual sinistro ocorrido de morte do participante e do participante assistido, destinado à cobertura do Pecúlio por Morte do Participante e do participante assistido.
§6º - As indenizações previstas nos §§4º e 5º, dependerão de avaliação da Sociedade Seguradora, com base nas regras previstas no contrato firmado com a Ceres, principalmente em relação à existência de riscos excluídos, que deverão ser devidamente divulgados entre os participantes e participantes assistidos do plano de benefícios.		§6º - As indenizações previstas nos §§4º e 5º, dependerão de avaliação da Sociedade Seguradora, com base nas regras previstas no contrato firmado com a Ceres, principalmente em relação à existência de riscos excluídos, que deverão ser devidamente divulgados entre os participantes e participantes assistidos do plano de benefícios.
§7º - A soma dos saldos da Conta Participante, da Conta Terceiros, da Conta Portabilidade e da Conta Seguro Renda constituirão o saldo total da Conta Renda.		§7º - A soma dos saldos da Conta Participante, da Conta Terceiros, da Conta Portabilidade e da Conta Seguro Renda constituirão o saldo total da Conta Renda.
§8º - Por ocasião da concessão das Rendas ou de Pecúlio de que tratam este Regulamento, os recursos existentes nas contas que compõem o saldo total da Conta Renda e da Conta Seguro Pecúlio serão integralmente transferidos para a Conta Assistido Renda e para a Conta Assistido Pecúlio, respectivamente, no que couber.		§8º - Por ocasião da concessão das Rendas ou de Pecúlio de que tratam este Regulamento, os recursos existentes nas contas que compõem o saldo total da Conta Renda e da Conta Seguro Pecúlio serão integralmente transferidos para a Conta Assistido Renda e para a Conta Assistido Pecúlio, respectivamente, no que couber.
Artigo 21 - As quotas patrimoniais das Contas terão o valor original de R\$1,00 (um real) cada, na data da implantação do plano.		Artigo 21 - As quotas patrimoniais das Contas terão o valor original de R\$1,00 (um real) cada, na data da implantação do plano.
Parágrafo único - O valor da quota será determinado mensalmente e significa uma fração representativa do patrimônio do Plano, e a sua variação será determinada com base na rentabilidade líquida alcançada com a aplicação dos recursos.		Parágrafo único - O valor da quota será determinado mensalmente e significa uma fração representativa do patrimônio do Plano, e a sua variação será determinada com base na rentabilidade líquida alcançada com a aplicação dos recursos.
Artigo 22 - A movimentação das Contas será feita em moeda corrente e em quotas.		Artigo 22 - A movimentação das Contas será feita em moeda corrente e em quotas.
CAPÍTULO VII		CAPÍTULO VII
Da Renda Programada		Da Renda Programada
Artigo 23 – A Renda Programada, de periodicidade mensal, assegurada pelo Plano, terá como base o saldo total da Conta Renda, cujo saldo será transferido para a Conta Assistido Renda		Artigo 23 – A Renda Programada, de periodicidade mensal, assegurada pelo Plano, terá como base o saldo total da Conta Renda, cujo saldo será transferido para a Conta Assistido Renda
Artigo 24 – A Renda Programada será concedida ao Participante que o requerer, não havendo carência.		Artigo 24 – A Renda Programada será concedida ao Participante que o requerer, não havendo carência.
Artigo 25 - A Renda Programada será calculada com base na Conta Assistido Renda, conforme decisão formal do Participante na data do requerimento da renda, dentre as opções adiante descritas:		Artigo 25 - A Renda Programada será calculada com base na Conta Assistido Renda, conforme decisão formal do Participante na data do requerimento da renda, dentre as opções adiante descritas:

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
I - Renda por percentual da Conta Assistido Renda - calculada pela aplicação de um percentual entre 0,25% (vinte e cinco décimos por cento) e 2% (dois por cento) sobre o saldo da Conta Assistido Renda, com variação em intervalos de 0,05% (cinco centésimos por cento), a ser paga enquanto houver saldo, sendo o valor renda mensal resultante em quantitativo de quotas; ou		I - Renda por percentual da Conta Assistido Renda - calculada pela aplicação de um percentual entre 0,25% (vinte e cinco décimos por cento) e 2% (dois por cento) sobre o saldo da Conta Assistido Renda, com variação em intervalos de 0,05% (cinco centésimos por cento), a ser paga enquanto houver saldo, sendo o valor renda mensal resultante em quantitativo de quotas; ou
II - Renda em quotas por prazo certo - calculada pela transformação do saldo da Conta Assistido Renda em renda mensal financeira, a ser paga pelo prazo certo, definido pelo participante, sendo o valor da renda mensal resultante em quantitativo de quotas; ou		II - Renda em quotas por prazo certo - calculada pela transformação do saldo da Conta Assistido Renda em renda mensal financeira, a ser paga pelo prazo certo, definido pelo participante, sendo o valor da renda mensal resultante em quantitativo de quotas; ou
III - Renda em valor monetário em Reais por prazo certo - calculada pela transformação do saldo da Conta Assistido Renda em renda mensal financeira, a ser paga pelo prazo certo, definido pelo participante, sendo a renda mensal resultante fixada em valor monetário em Reais.		III - Renda em valor monetário em Reais por prazo certo - calculada pela transformação do saldo da Conta Assistido Renda em renda mensal financeira, a ser paga pelo prazo certo, definido pelo participante, sendo a renda mensal resultante fixada em valor monetário em Reais.
§1º - No caso dos incisos I e II, o valor da renda mensal será pago, considerando o valor da quota disponível na data do pagamento.		§1º - No caso dos incisos I e II, o valor da renda mensal será pago, considerando o valor da quota disponível na data do pagamento.
§2º - Após a concessão da renda mensal, mediante requerimento escrito, o Assistido poderá alterar o percentual a que se refere o inciso I ou o prazo escolhido de que trata o inciso II, ambos do caput deste artigo, no mês de dezembro de cada ano, para vigorar durante o exercício seguinte.		§2º - Após a concessão da renda mensal, mediante requerimento escrito, o Assistido poderá alterar o percentual a que se refere o inciso I ou o prazo escolhido de que trata o inciso II, ambos do caput deste artigo, no mês de dezembro de cada ano, para vigorar durante o exercício seguinte.
§3º - No caso do inciso III, do caput deste artigo, após a concessão da renda mensal, o seu valor monetário em Reais será recalculado pela transformação do saldo remanescente da Conta Assistido Renda em renda mensal financeira, no mês de dezembro de cada ano, para vigorar durante o exercício seguinte.		§3º - No caso do inciso III, do caput deste artigo, após a concessão da renda mensal, o seu valor monetário em Reais será recalculado pela transformação do saldo remanescente da Conta Assistido Renda em renda mensal financeira, no mês de dezembro de cada ano, para vigorar durante o exercício seguinte.
§4º - Não havendo manifestação formal do Assistido, o percentual ou o prazo da Renda Programada em vigor será mantido durante o exercício seguinte.		§4º - Não havendo manifestação formal do Assistido, o percentual ou o prazo da Renda Programada em vigor será mantido durante o exercício seguinte.
§5º - A metodologia de cálculo das rendas descritas nos incisos do caput deste artigo deverá constar de Nota Técnica.		§5º - A metodologia de cálculo das rendas descritas nos incisos do caput deste artigo deverá constar de Nota Técnica.
Artigo 26 - A Renda Programada é composta por 12 (doze) parcelas mensais a cada ano, pagas pela Entidade até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao de competência.		Artigo 26 - A Renda Programada é composta por 12 (doze) parcelas mensais a cada ano, pagas pela Entidade até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao de competência.
Artigo 27 - No momento do requerimento da renda, ao Participante será facultada a opção por receber valor correspondente a até 20% (vinte por cento) do saldo total em pagamento único, sendo o valor restante necessariamente transformado em Renda Programada de periodicidade mensal.		Artigo 27 - No momento do requerimento da renda, ao Participante será facultada a opção por receber valor correspondente a até 20% (vinte por cento) do saldo total em pagamento único, sendo o valor restante necessariamente transformado em Renda Programada de periodicidade mensal.
Artigo 28 - Se a qualquer momento a Renda Programada resultar em valor inferior a 5% (cinco por cento) do valor do Valor de Referência, o saldo remanescente da Conta Assistido Renda será pago à vista em parcela única.		Artigo 28 - Se a qualquer momento a Renda Programada resultar em valor inferior a 5% (cinco por cento) do valor do Valor de Referência, o saldo remanescente da Conta Assistido Renda será pago à vista em parcela única.

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
Parágrafo Único - O pagamento da totalidade registrada na Conta Assistido Renda implicará a extinção de todo e qualquer compromisso da Entidade para com o Participante e seus Beneficiários		Parágrafo Único - O pagamento da totalidade registrada na Conta Assistido Renda implicará a extinção de todo e qualquer compromisso da Entidade para com o Participante e seus Beneficiários
Artigo 29 - Ocorrendo a morte do participante assistido, a Renda Programada será convertida em Renda de Pensão por Morte, acrescida com as indenizações do seguro, se houver, e revertida em favor dos Beneficiários em partes iguais respeitado o percentual e o prazo de pagamento indicados pelo Participante.		Artigo 29 - Ocorrendo a morte do participante assistido, a Renda Programada será convertida em Renda de Pensão por Morte, acrescida com as indenizações do seguro, se houver, e revertida em favor dos Beneficiários em partes iguais respeitado o percentual e o prazo de pagamento indicados pelo Participante.
§1º - Alternativamente é facultado aos Beneficiários, desde que em comum acordo, o recebimento do saldo remanescente da Conta Assistido de Renda em parcela única.		§1º - Alternativamente é facultado aos Beneficiários, desde que em comum acordo, o recebimento do saldo remanescente da Conta Assistido de Renda em parcela única.
§ 2º - A opção de que trata o parágrafo anterior será exercida em caráter irrevogável e irretratável e implicará a extinção de todos os direitos e obrigações contraídas pelos Beneficiários em relação ao Plano		§ 2º - A opção de que trata o parágrafo anterior será exercida em caráter irrevogável e irretratável e implicará a extinção de todos os direitos e obrigações contraídas pelos Beneficiários em relação ao Plano
§ 3º - Quando um dos Beneficiários perder esta qualidade perante o Plano, a Renda de Pensão por Morte será redistribuída entre os remanescentes.		§ 3º - Quando um dos Beneficiários perder esta qualidade perante o Plano, a Renda de Pensão por Morte será redistribuída entre os remanescentes.
Artigo 30 – A Renda Programada se extingue: I - com a morte do Assistido, quando não houver Beneficiário(s); II - com a morte do Assistido e do(s) Beneficiário(s), considerando a conversão do artigo 29; III - findo o saldo da Conta Assistido Renda.		Artigo 30 – A Renda Programada se extingue: I - com a morte do Assistido, quando não houver Beneficiário(s); II - com a morte do Assistido e do(s) Beneficiário(s), considerando a conversão do artigo 29; III - findo o saldo da Conta Assistido Renda.
Parágrafo único - Em caso de falecimento do Assistido e na inexistência ou falecimento dos Beneficiários do Participante, o saldo remanescente da Conta Assistido Renda será destinado aos herdeiros legais mediante a apresentação de documento judicial pertinente.		Parágrafo único - Em caso de falecimento do Assistido e na inexistência ou falecimento dos Beneficiários do Participante, o saldo remanescente da Conta Assistido Renda será destinado aos herdeiros legais mediante a apresentação de documento judicial pertinente.
CAPÍTULO VIII		CAPÍTULO VIII
Das rendas de risco e de pecúlio		Das rendas de risco e de pecúlio
Artigo 31 - Ocorrendo a invalidez ou o falecimento do Participante, inclusive na condição de Autopatrocinado ou em Benefício Proporcional Diferido, o Participante ou seus Beneficiários, conforme o caso, fará(ão) jus ao recebimento da Renda de Invalidez ou da Renda de Pensão por Morte do Participante, respectivamente, de periodicidade mensal, com base no saldo total da Conta Renda, definido no artigo 20, sendo que o cálculo e demais regras de concessão e pagamento, inerentes a estas rendas, devem seguir, no que for omissa e no que couber, às regras previstas nos artigos 25 a 30, aplicando-se, no que couber, no caso do participante assistido.		Artigo 31 - Ocorrendo a invalidez ou o falecimento do Participante, inclusive na condição de Autopatrocinado ou em Benefício Proporcional Diferido, o Participante ou seus Beneficiários, conforme o caso, fará(ão) jus ao recebimento da Renda de Invalidez ou da Renda de Pensão por Morte do Participante, respectivamente, de periodicidade mensal, com base no saldo total da Conta Renda, definido no artigo 20, sendo que o cálculo e demais regras de concessão e pagamento, inerentes a estas rendas, devem seguir, no que for omissa e no que couber, às regras previstas nos artigos 25 a 30, aplicando-se, no que couber, no caso do participante assistido.
§1º - O Pecúlio por Morte do participante e do participante assistido serão concedidos aos Beneficiários do Participante e do assistido, com rateio em partes iguais e pagamento único		§1º - O Pecúlio por Morte do participante e do participante assistido serão concedidos aos Beneficiários do Participante e do assistido, com rateio em partes iguais e pagamento único

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
equivalente ao valor da Conta Seguro Pecúlio, conforme previsto no artigo 20.		equivalente ao valor da Conta Seguro Pecúlio, conforme previsto no artigo 20.
§2º - Para o recebimento da Renda de Invalidez será necessário o participante requerer, por meio de formulário próprio da Ceres, devidamente preenchido e assinado, e comprovar, uma única exigência, que é inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, assim declarado judicialmente, mediante apresentação de documento comprobatório, preferencialmente, de recebimento de benefício por invalidez junto à previdência social ou outro regime público de previdência, ou, não sendo possível, com base em laudo médico privado, aceito a juízo da Entidade, observados critérios não excludentes ou não discriminatórios.		§2º - Para o recebimento da Renda de Invalidez será necessário o participante requerer, por meio de formulário próprio da Ceres, devidamente preenchido e assinado, e comprovar, uma única exigência, que é inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, assim declarado judicialmente, mediante apresentação de documento comprobatório, preferencialmente, de recebimento de benefício por invalidez junto à previdência social ou outro regime público de previdência, ou, não sendo possível, com base em laudo médico privado, aceito a juízo da Entidade, observados critérios não excludentes ou não discriminatórios.
§3º - Para o recebimento da Renda de Pensão por Morte do Participante e do participante assistido será necessário os Beneficiários requererem, por meio de formulário próprio da Ceres, devidamente preenchido e assinado, e comprovarem duas exigências:		§3º - Para o recebimento da Renda de Pensão por Morte do Participante e do participante assistido será necessário os Beneficiários requererem, por meio de formulário próprio da Ceres, devidamente preenchido e assinado, e comprovarem duas exigências:
(a) serem beneficiários do participante e do participante assistido e;		(a) serem beneficiários do participante e do participante assistido e;
(b) o falecimento do participante e do participante assistido, por meio de certidão de óbito; podendo a apresentação de documento comprobatório de recebimento de benefício de pensão por morte do participante e do participante assistido, referente a cada beneficiário, junto à previdência social ou outro regime público de previdência, ser o bastante para a comprovação de ambas as exigências.		(b) o falecimento do participante e do participante assistido, por meio de certidão de óbito; podendo a apresentação de documento comprobatório de recebimento de benefício de pensão por morte do participante e do participante assistido, referente a cada beneficiário, junto à previdência social ou outro regime público de previdência, ser o bastante para a comprovação de ambas as exigências.
§4º - Para o recebimento do Pecúlio por Morte do Participante e do participante Assistido será necessário os Beneficiários requererem, por meio de formulário próprio da Ceres, devidamente preenchido e assinado, e comprovarem duas exigências:		§4º - Para o recebimento do Pecúlio por Morte do Participante e do participante Assistido será necessário os Beneficiários requererem, por meio de formulário próprio da Ceres, devidamente preenchido e assinado, e comprovarem duas exigências:
(a) serem beneficiários do participante e do participante Assistido, sendo que na ausência de beneficiário, os herdeiros legais serão os destinatários e;		(a) serem beneficiários do participante e do participante Assistido, sendo que na ausência de beneficiário, os herdeiros legais serão os destinatários e;
(b) o falecimento do participante e do participante Assistido, por meio de certidão de óbito; podendo a apresentação de documento comprobatório de recebimento de benefício de pensão por morte do participante, referente a cada beneficiário, junto à previdência social, ou outro regime público de previdência, ser o bastante para a comprovação de ambas as exigências.		(b) o falecimento do participante e do participante Assistido, por meio de certidão de óbito; podendo a apresentação de documento comprobatório de recebimento de benefício de pensão por morte do participante, referente a cada beneficiário, junto à previdência social, ou outro regime público de previdência, ser o bastante para a comprovação de ambas as exigências.
§5º - A Renda de Invalidez será concedida, de forma antecipada, com base no saldo das contas individuais existentes na época, desde que a documentação necessária e completa, prevista no §2º, tenha sido protocolada na Ceres, e posteriormente será pago, 16 o valor remanescente, quando do recebimento da indenização referente à Conta Seguro Renda, prevista no §4º do artigo 20.		§5º - A Renda de Invalidez será concedida, de forma antecipada, com base no saldo das contas individuais existentes na época, desde que a documentação necessária e completa, prevista no §2º, tenha sido protocolada na Ceres, e posteriormente será pago, 16 o valor remanescente, quando do recebimento da indenização referente à Conta Seguro Renda, prevista no §4º do artigo 20.

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
§6º - A Renda de Pensão por Morte do Participante e do participante assistido será concedida, de forma antecipada, com base no saldo das contas individuais existentes na época, desde que a documentação necessária e completa, prevista no §3º, tenha sido protocolada na Ceres, e posteriormente será pago, o valor remanescente, quando do recebimento da indenização referente à Conta Seguro Renda, prevista no §4º do artigo 20.		§6º - A Renda de Pensão por Morte do Participante e do participante assistido será concedida, de forma antecipada, com base no saldo das contas individuais existentes na época, desde que a documentação necessária e completa, prevista no §3º, tenha sido protocolada na Ceres, e posteriormente será pago, o valor remanescente, quando do recebimento da indenização referente à Conta Seguro Renda, prevista no §4º do artigo 20.
§7º O Pecúlio por Morte do participante e do participante assistido será concedido e pago após o cumprimento de duas exigências:		§7º O Pecúlio por Morte do participante e do participante assistido será concedido e pago após o cumprimento de duas exigências:
(a) recebimento da documentação necessária e completa, prevista no §4º e;		(a) recebimento da documentação necessária e completa, prevista no §4º e;
(b) recebimento da indenização referente à Conta Seguro Pecúlio, prevista no §5º do artigo 20.		(b) recebimento da indenização referente à Conta Seguro Pecúlio, prevista no §5º do artigo 20.
CAPÍTULO IX		CAPÍTULO IX
Dos Institutos Legais	Dos Institutos Legais	Dos Institutos Legais
9.1 Autopatrocínio		9.1 Autopatrocínio
Artigo 32 - É facultado ao Participante manter o valor de sua Contribuição Básica e, caso exista, a correspondente paga por instituidores, empregadores ou terceiros, em caso de rompimento do vínculo associativo.		Artigo 32 - É facultado ao Participante manter o valor de sua Contribuição Básica e, caso exista, a correspondente paga por instituidores, empregadores ou terceiros, em caso de rompimento do vínculo associativo.
§ 1º - A opção pelo Autopatrocínio não impede posterior opção pelo Benefício Proporcional Diferido, pela Portabilidade ou pelo Resgate.	Art. 25. A opção do participante pelo autopatrocinio não impede posterior opção pelo benefício proporcional diferido, pela portabilidade ou pelo resgate, na forma definida nesta Resolução.	§ 1º - A opção pelo Autopatrocínio não impede posterior opção pelo Benefício Proporcional Diferido, pela Portabilidade ou pelo Resgate.
§ 2º - É facultado ao Participante em Autopatrocínio alterar o valor de contribuição, mediante requerimento por escrito, a qualquer tempo.		§ 2º - É facultado ao Participante em Autopatrocínio alterar o valor de contribuição, mediante requerimento por escrito, a qualquer tempo.
§ 3º - Após o desconto da Taxa de Carregamento, a totalidade das contribuições aportadas pelo Participante em Autopatrocínio será alocada na Conta Participante.		§ 3º - Após o desconto da Taxa de Carregamento, a totalidade das contribuições aportadas pelo Participante em Autopatrocínio será alocada na Conta Participante.
Artigo 33 - Uma vez preenchidos os requisitos previstos neste Regulamento, o Participante em Autopatrocínio fará jus à Renda Programada.		Artigo 33 - Uma vez preenchidos os requisitos previstos neste Regulamento, o Participante em Autopatrocínio fará jus à Renda Programada.
9.2 Benefício Proporcional Diferido		9.2 Benefício Proporcional Diferido
Artigo 34 - O Participante que rescindir o vínculo associativo com o Instituidor, antes de preencher as condições exigidas para recebimento da Renda Programada, e tiver pelo menos 3 (três) anos de vinculação ao Plano, poderá optar pelo Benefício Proporcional Diferido.		Artigo 34 - O Participante que rescindir o vínculo associativo com o Instituidor, antes de preencher as condições exigidas para recebimento da Renda Programada, e tiver pelo menos 3 (três) anos de vinculação ao Plano, poderá optar pelo Benefício Proporcional Diferido.
Parágrafo único - A opção pelo Benefício Proporcional Diferido não impede posterior opção pela Portabilidade ou pelo Resgate.	§ 1º No caso de posterior opção pela portabilidade ou pelo resgate, os recursos financeiros a serem portados ou resgatados são aqueles apurados na forma e nas condições estabelecidas no	Parágrafo único - A opção pelo Benefício Proporcional Diferido não impede posterior opção pela Portabilidade ou pelo Resgate. No caso de posterior opção pela portabilidade ou pelo resgate, os recursos financeiros a serem portados ou resgatados são aqueles apurados na

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
	<p>regulamento do plano de benefícios.</p> <p>§ 2º Para fins do disposto nesta Resolução, a fase de diferimento corresponde à fase de acumulação de recursos.</p>	<p>forma e nas condições estabelecidas no regulamento do plano de benefícios. Para fins do disposto nesta Resolução, a fase de diferimento corresponde à fase de acumulação de recursos</p>
<p>Artigo 35 - A opção pelo Benefício Proporcional Diferido implicará, a partir da data do requerimento, a cessação de aporte da Contribuição Básica de Participante e de Terceiros, se houver.</p> <p>Artigo 35 - A opção pelo Benefício Proporcional Diferido implicará, a partir da data do requerimento, a cessação de aporte da Contribuição Básica de Participante e de Terceiros, se houver.</p>		<p>Artigo 35 - A opção pelo Benefício Proporcional Diferido implicará, a partir da data do requerimento, a cessação de aporte da Contribuição Básica de Participante e de Terceiros, se houver.</p> <p>Artigo 35 - A opção pelo Benefício Proporcional Diferido implicará, a partir da data do requerimento, a cessação de aporte da Contribuição Básica de Participante e de Terceiros, se houver.</p>
<p>Artigo 36 - Uma vez preenchidos os requisitos previstos neste Regulamento, o Participante fará jus à Renda Programada.</p>	<p>§ 1º Em relação ao participante optante pelo benefício proporcional diferido, o regulamento do plano de benefícios deve dispor sobre o custeio:</p> <p>I - das despesas administrativas;</p> <p>II - de déficits ou serviço passado; e</p> <p>III - de eventuais coberturas dos riscos de invalidez e morte do participante durante a fase de diferimento, por opção do participante.</p> <p>§ 2º O participante que optar pelo benefício proporcional diferido deve ser o responsável pelos custeios referidos no § 1º.</p> <p>Da Apuração do Valor do Benefício Proporcional Diferido</p> <p>O benefício decorrente da opção pelo benefício proporcional diferido deve ser:</p> <p>I - apurado mediante conversão atuarial, no caso de renda vitalícia; ou</p> <p>II - equivalente à totalidade da reserva matemática do benefício pleno na data da opção, no caso de conversão financeira, observado como mínimo o valor equivalente ao resgate, na forma definida nesta Resolução.</p> <p>§ 1º O regulamento do plano de benefícios deve dispor sobre a forma de cálculo, de pagamento e de atualização do benefício decorrente da opção pelo benefício proporcional diferido.</p> <p>§ 2º A nota técnica atuarial do plano de benefícios deve dispor sobre a metodologia de apuração do benefício decorrente da opção pelo benefício proporcional diferido.</p>	<p>Artigo 36 - Uma vez preenchidos os requisitos previstos neste Regulamento, o Participante fará jus à Renda Programada.</p> <p>§ 1º Em relação ao participante optante pelo benefício proporcional diferido, o regulamento do plano de benefícios deve dispor sobre o custeio:</p> <p>I - das despesas administrativas;</p> <p>II - de eventuais coberturas dos riscos de invalidez e morte do participante durante a fase de diferimento, por opção do participante.</p> <p>§ 2º O participante que optar pelo benefício proporcional diferido deve ser o responsável pelos custeios referidos no § 1º.</p> <p>Da Apuração do Valor do Benefício Proporcional Diferido</p> <p>§3º O benefício decorrente da opção pelo benefício proporcional diferido deve ser:</p> <p>I - apurado mediante conversão atuarial, no caso de renda vitalícia; ou</p> <p>II - equivalente à totalidade da reserva matemática do benefício pleno na data da opção, no caso de conversão financeira, observado como mínimo o valor equivalente ao resgate, na forma definida nesta Resolução.</p> <p>§ 1º O regulamento do plano de benefícios deve dispor sobre a forma de cálculo, de pagamento e de atualização do benefício decorrente da opção pelo benefício proporcional diferido.</p> <p>§ 2º A nota técnica atuarial do plano de benefícios deve dispor sobre a metodologia de apuração do benefício decorrente da opção pelo benefício proporcional diferido.</p>
9.3 Portabilidade		9.3 Portabilidade

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
Artigo 37 - O Participante que não esteja em gozo de Renda Programada ou Renda de Invalidez e não tenha optado pelo Resgate, poderá exercer a opção pela Portabilidade.		Artigo 37 - O Participante que não esteja em gozo de Renda Programada ou Renda de Invalidez e não tenha optado pelo Resgate, poderá exercer a opção pela Portabilidade.
Parágrafo único - A opção pela Portabilidade será exercida na forma e condições estabelecidas neste regulamento, em caráter irrevogável e irretratável.	1º É permitida a portabilidade entre planos de benefícios administrados por uma mesma entidade fechada de previdência complementar.	§1º- A opção pela Portabilidade será exercida na forma e condições estabelecidas neste regulamento, em caráter irrevogável e irretratável. §2º - É permitida a portabilidade entre planos de benefícios administrados por uma mesma entidade fechada de previdência complementar.
Artigo 38 - O instituto da Portabilidade faculta ao Participante transferir o saldo total das contas individuais vinculadas a ele para outro Plano de Benefícios de caráter previdenciário operado por entidade de previdência complementar ou sociedade seguradora devidamente autorizada.		Artigo 38 - O instituto da Portabilidade faculta ao Participante transferir o saldo total das contas individuais vinculadas a ele para outro Plano de Benefícios de caráter previdenciário operado por entidade de previdência complementar ou sociedade seguradora devidamente autorizada.
Parágrafo único - O saldo total das contas individuais vinculadas ao Participante será apurado de acordo com o valor da quota patrimonial disponível no dia da efetiva transferência.	O plano de benefícios de destino deve manter controle em separado, desvinculado do direito acumulado pelo participante no plano de destino, das parcelas correspondentes às contribuições do participante e do patrocinador oriundas de recursos portados de outro plano de previdência complementar, observando a forma e as condições definidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc.	§1º - O saldo total das contas individuais vinculadas ao Participante será apurado de acordo com o valor da quota patrimonial disponível no dia da efetiva transferência. §2º - O plano de benefícios de destino deve manter controle em separado, desvinculado do direito acumulado pelo participante no plano de destino, das parcelas correspondentes às contribuições do participante e do patrocinador oriundas de recursos portados de outro plano de previdência complementar, observando a forma e as condições definidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc
Artigo 39 - A opção pela Portabilidade se aperfeiçoará com a assinatura do Participante no Termo de Portabilidade, assim considerado o instrumento celebrado mediante sua expressa anuência, de acordo com a legislação aplicável.		Artigo 39 - A opção pela Portabilidade se aperfeiçoará com a assinatura do Participante no Termo de Portabilidade, assim considerado o instrumento celebrado mediante sua expressa anuência, de acordo com a legislação aplicável.
§ 1º - A opção pela Portabilidade acarretará o cancelamento da inscrição do Participante e de seus Beneficiários no Plano.		§ 1º - A opção pela Portabilidade acarretará o cancelamento da inscrição do Participante e de seus Beneficiários no Plano.
§ 2º - Os recursos portados do Participante recebidos no Plano não estão sujeitos ao cumprimento de carência para nova portabilidade.		§ 2º - Os recursos portados do Participante recebidos no Plano não estão sujeitos ao cumprimento de carência para nova portabilidade.
Artigo 40 - A Portabilidade dar-se-á mediante estrita observância dos normativos correlatos em vigor, quer trate de portabilidade de recursos entre planos de benefícios administrados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC ou daqueles administrados por Entidades Abertas de Previdência Complementar – EAPC para planos de Entidades Fechadas de Previdência Complementar, e vice-versa.		Artigo 40 - A Portabilidade dar-se-á mediante estrita observância dos normativos correlatos em vigor, quer trate de portabilidade de recursos entre planos de benefícios administrados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC ou daqueles administrados por Entidades Abertas de Previdência Complementar – EAPC para planos de Entidades Fechadas de Previdência Complementar, e vice-versa.
Artigo 41 - Os recursos financeiros serão transferidos de um plano de benefícios para outro em moeda corrente nacional, ficando vedado seu trânsito, sob qualquer forma, pelo Participante ou pelo Instituidor, quando for o caso.	Art. 14. Res Previc A transferência dos recursos entre os planos de benefícios de origem e de destino, em decorrência da portabilidade, deve ser efetuada em moeda corrente nacional, observado o prazo de dez dias úteis, contados da data do protocolo do termo de portabilidade a que se refere o	Artigo 41 - Os recursos financeiros serão transferidos de um plano de benefícios para outro em moeda corrente nacional, ficando vedado seu trânsito, sob qualquer forma, pelo Participante ou pelo Instituidor, quando for o caso. Parágrafo único - A transferência dos recursos entre os planos de benefícios de origem e de destino, em

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
	art. 9º perante a entidade de origem ou da data em o participante tiver realizado a entrega completa da documentação e informações exigidas pela entidade de origem, o que resultar no maior prazo.	<u>decorrência da portabilidade, deve ser efetuada em moeda corrente nacional, observado o prazo de dez dias úteis, contados da data do protocolo do termo de portabilidade a que se refere o art. 9º perante a entidade de origem ou da data em o participante tiver realizado a entrega completa da documentação e informações exigidas pela entidade de origem, o que resultar no maior prazo.</u>
9.4 Resgate		9.4 Resgate
Artigo 42 - O Participante que não estiver em gozo de Renda Programada ou Renda de Invalidez poderá optar pelo Instituto do Resgate, em decorrência de seu desligamento do Plano de Benefícios, extinguindo-se as obrigações previdenciais da Entidade em relação ao Participante e aos seus Beneficiários.		Artigo 42 - O Participante que não estiver em gozo de Renda Programada ou Renda de Invalidez poderá optar pelo Instituto do Resgate, em decorrência de seu desligamento do Plano de Benefícios, extinguindo-se as obrigações previdenciais da Entidade em relação ao Participante e aos seus Beneficiários.
Parágrafo único - Para recebimento do valor decorrente da opção do Instituto do Resgate, deverá ser obedecido o prazo de carência de 36 (trinta e seis) meses, contado a partir da data de inscrição do participante no plano.	art.17 § 2º O regulamento de plano de benefícios instituído por instituidor deve prever carência mínima de trinta e seis meses para o pagamento do resgate integral, contados a partir da data de inscrição do participante no plano de benefícios.	Parágrafo único - Para recebimento do valor decorrente da opção do Instituto do Resgate, deverá ser obedecido o prazo de carência de 36 (trinta e seis) meses, contado a partir da data de inscrição do participante no plano.
Artigo 43 - O valor de Resgate corresponde a 100% (cem por cento) do saldo total das contas individuais vinculadas ao Participante, e será pago de acordo com o valor da quota disponível na data do efetivo pagamento.		Artigo 43 - O valor de Resgate corresponde a 100% (cem por cento) do saldo total das contas individuais vinculadas ao Participante, e será pago de acordo com o valor da quota disponível na data do efetivo pagamento.
§1º - É facultado o Resgate de recursos portados constituídos em entidades fechadas de previdência complementar recepcionados pelo Plano, durante a fase contributiva e sem a obrigatoriedade de seu desligamento do plano de benefícios.	Art. 18. Em relação aos recursos oriundos de portabilidade, o regulamento do plano de benefícios: I - deve facultar o resgate integral de recursos constituídos em plano administrado por entidade aberta de previdência complementar ou sociedade seguradora autorizada a operar o referido plano; e II - pode facultar o resgate integral de recursos constituídos em plano de benefícios administrado por entidade fechada de previdência complementar, desde que cumprido o prazo de carência de trinta e seis meses, contados da data da portabilidade, sendo vedado o resgate das parcelas correspondentes às contribuições de patrocinador.	§1º - É facultado o Resgate de recursos portados constituídos em entidades fechadas de previdência complementar recepcionados pelo Plano, durante a fase contributiva e sem a obrigatoriedade de seu desligamento do plano de benefícios.
§2º - É facultado o Resgate de valores que não sejam oriundos das contribuições básicas vertidas pelo participante, tais como as contribuições e aportes esporádicos, eventuais e extraordinários, durante a fase contributiva e sem a obrigatoriedade de seu desligamento do plano de benefícios.	Art. 20. No caso de plano de benefícios instituído por instituidor, o regulamento deve facultar ao participante o resgate parcial de valores oriundos de: I - portabilidade de recursos que tenham	<u>§2º - É facultado o Resgate de valores que não sejam oriundos das contribuições básicas vertidas pelo participante, tais como as contribuições e aportes esporádicos, eventuais e extraordinários, durante a fase contributiva e sem a obrigatoriedade de seu desligamento do plano de benefícios.</u> AJUSTAR O TEXTO PARA:

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
	<p>sido constituídos em entidade aberta de previdência complementar ou sociedade seguradora autorizada a operar plano de benefícios;</p> <p>II - portabilidade de recursos que tenham sido constituídos em entidade fechada de previdência complementar, desde que cumprido o prazo de carência de trinta e seis meses, sendo vedado o resgate das parcelas correspondentes às contribuições de patrocinador;</p> <p>III - contribuições e aportes facultativos, esporádicos ou eventuais; e</p> <p>IV - contribuições normais vertidas ao plano pelo participante, com limite de até vinte por cento do saldo da conta individual correspondente a essas contribuições.</p> <p>§ 1º A carência referida no inciso II do caput será dispensada no caso de valores oriundos de portabilidade de recursos que tenham sido constituídos em planos instituídos por instituidor.</p> <p>§ 2º O exercício do resgate parcial previsto no inciso IV do caput está sujeito às seguintes condições:</p> <p>I - a carência para o primeiro resgate parcial deve ser de, no mínimo, trinta e seis meses, a contar da data de inscrição do participante no plano de benefícios;</p> <p>II - a carência para cada resgate parcial posterior deve ser de, no mínimo, vinte e quatro meses, a contar da data do último resgate parcial efetuado.</p> <p>§ 3º Os resgates dos valores a que se referem os Incisos I e III do caput podem ocorrer independentemente de cumprimento de carência.</p>	<p>No caso de plano de benefícios instituído por instituidor, o regulamento deve facultar ao participante o resgate parcial de valores oriundos de:</p> <p>I - portabilidade de recursos que tenham sido constituídos em entidade aberta de previdência complementar ou sociedade seguradora autorizada a operar plano de benefícios;</p> <p>II - portabilidade de recursos que tenham sido constituídos em entidade fechada de previdência complementar, desde que cumprido o prazo de carência de trinta e seis meses, sendo vedado o resgate das parcelas correspondentes às contribuições de patrocinador;</p> <p>III - contribuições e aportes facultativos, esporádicos ou eventuais; e</p> <p>IV - contribuições normais vertidas ao plano pelo participante, com limite de até vinte por cento do saldo da conta individual correspondente a essas contribuições.</p> <p>A carência referida no inciso II do caput será dispensada no caso de valores oriundos de portabilidade de recursos que tenham sido constituídos em planos instituídos por instituidor. O exercício do resgate parcial previsto no inciso IV do caput está sujeito às seguintes condições:</p> <p>I - a carência para o primeiro resgate parcial deve ser de, no mínimo, trinta e seis meses, a contar da data de inscrição do participante no plano de benefícios;</p> <p>II - a carência para cada resgate parcial posterior deve ser de, no mínimo, vinte e quatro meses, a contar da data do último resgate parcial efetuado.</p> <p>Os resgates dos valores a que se referem os Incisos I e III do caput podem ocorrer independentemente de cumprimento de carência.</p>
§3º - O participante poderá resgatar até vinte por cento dos valores oriundos das contribuições básicas vertidas pelo participante a cada dois anos, durante a fase contributiva e sem a obrigatoriedade de seu desligamento do plano de benefícios.	item descrito acima.	§3º - O participante poderá resgatar até vinte por cento dos valores oriundos das contribuições básicas vertidas pelo participante a cada dois anos, durante a fase contributiva e sem a obrigatoriedade de seu desligamento do plano de benefícios.
§4º - É facultado o Resgate de recursos oriundos de portabilidade constituídos em entidade aberta de previdência complementar ou sociedade seguradora, durante a fase contributiva e sem a obrigatoriedade de seu desligamento do plano de benefícios.	item descrito acima.	§4º - É facultado o Resgate de recursos oriundos de portabilidade constituídos em entidade aberta de previdência complementar ou sociedade seguradora, durante a fase contributiva e sem a obrigatoriedade de seu desligamento do plano de benefícios.
§5º - Os valores que compõem o saldo de conta do participante, decorrentes das contribuições básicas, somente poderão ser resgatados em sua totalidade quando ocorrer o desligamento do plano.	<p>sugestão para inclusão de texto:</p> <p>Art 22 O valor do resgate integral corresponde, no mínimo, à totalidade das contribuições vertidas ao plano de benefícios pelo participante, descontadas</p>	§5º - Os valores que compõem o saldo de conta do participante, decorrentes das contribuições básicas, somente poderão ser resgatados em sua totalidade quando ocorrer o desligamento do plano, descontadas as parcelas do custeio administrativo que, na forma do regulamento e do plano de

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
	<p>as parcelas do custeio administrativo que, na forma do regulamento e do plano de custeio, sejam de sua responsabilidade.</p> <p>§ 1º Do valor previsto no caput poderão ainda ser deduzidos:</p> <p>I - a parcela destinada à cobertura dos benefícios de risco que, na forma do regulamento e do plano de custeio, seja de responsabilidade do participante;</p> <p>II - os valores referentes a eventuais débitos do participante junto ao plano de benefícios, inclusive valores ainda não vencidos relativos a operações com o participante; e</p> <p>III - as parcelas anteriormente resgatadas pelo participante, na forma dos arts. 19 ou 20.</p>	<p>custeio, sejam de sua responsabilidade.</p> <p>§ 1º Do valor previsto no caput poderão ainda ser deduzidos:</p> <p>I - a parcela destinada à cobertura dos benefícios de risco que, na forma do regulamento e do plano de custeio, seja de responsabilidade do participante;</p> <p>II - os valores referentes a eventuais débitos do participante junto ao plano de benefícios, inclusive valores ainda não vencidos relativos a operações com o participante; e</p> <p>III - as parcelas anteriormente resgatadas pelo participante, na forma dos arts. 19 ou 20.</p>
§6º - Em relação a cada uma das contribuições efetuadas por pessoas jurídicas ao Plano de Benefícios, somente será admitido o resgate após o cumprimento de prazo de carência de trinta e seis meses, contado da data do respectivo aporte.		§6º - Em relação a cada uma das contribuições efetuadas por pessoas jurídicas ao Plano de Benefícios, somente será admitido o resgate após o cumprimento de prazo de carência de trinta e seis meses, contado da data do respectivo aporte.
Artigo 44 - O pagamento do Resgate será realizado até o último dia útil do mês subsequente ao da formalização da opção em pagamento único ou, a critério do Participante, em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, atualizadas pelo último valor disponível da quota patrimonial.	<p>Art. 21. O regulamento do plano de benefícios deve prever o pagamento do resgate integral ou parcial, por opção do participante, em:</p> <p>I - quota única, com possibilidade de diferimento em até noventa dias; ou</p> <p>II - até doze parcelas mensais e consecutivas, por opção do participante.</p> <p>Parágrafo único. O regulamento do plano de benefícios deve dispor sobre o critério de reajuste das parcelas vincendas, no caso de pagamento parcelado ou diferido do resgate.</p>	Artigo 44 - O pagamento do Resgate será realizado até o último dia útil do mês subsequente ao da formalização da opção em pagamento único ou, a critério do Participante, em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, atualizadas pelo último valor disponível da quota patrimonial.
Parágrafo único - O pagamento único ou o da última parcela do valor do resgate extingue definitivamente todas as obrigações da Entidade em relação ao Participante e aos seus Beneficiários.		Parágrafo único - O pagamento único ou o da última parcela do valor do resgate extingue definitivamente todas as obrigações da Entidade em relação ao Participante e aos seus Beneficiários.
Artigo 45 - O Participante que requerer o cancelamento de sua inscrição terá direito ao Resgate.		Artigo 45 - O Participante que requerer o cancelamento de sua inscrição terá direito ao Resgate.
9.5 Das disposições comuns aos Institutos		9.5 Das disposições comuns aos Institutos
Artigo 46 - Observada a legislação aplicável, a Entidade fornecerá ao Participante que rescindir seu vínculo associativo com o Instituidor um extrato para subsidiar a opção por um dos institutos previstos neste Capítulo no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da comunicação da cessação do	Previc nº17 - Extrato previdenciário Art. 3º A EFPC deve disponibilizar extrato previdenciário ao participante, por meio físico ou eletrônico, observado o prazo de trinta dias, contados da data-base de cálculo, referente a cada plano de benefícios ao qual esteja	Artigo 46 - Observada a legislação aplicável, a Entidade fornecerá ao Participante que rescindir seu vínculo associativo com o Instituidor um extrato previdenciário para subsidiar a opção por um dos institutos previstos neste Capítulo no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da comunicação da cessação do

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
vínculo empregatício ou equivalente com o empregador ou da data do requerimento protocolado pelo Participante perante a Entidade.	vinculado.	vínculo empregatício ou equivalente com o empregador ou da data do requerimento protocolado pelo Participante perante a Entidade.
Artigo 47 - No prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento do extrato de que trata o artigo anterior, o Participante deverá exercer sua opção mediante Termo de Opção em formulário próprio fornecido pela Entidade.	Previc nº17 - XI - o prazo para a opção do participante pelos institutos, que deve ser de, no mínimo, trinta dias, contados da data do recebimento do extrato previdenciário, de que trata o art. 3º;	Artigo 47 - No prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento do extrato de que trata o artigo anterior, o Participante deverá exercer sua opção mediante Termo de Opção em formulário próprio fornecido pela Entidade.
Parágrafo único - Transcorrido o prazo previsto no caput deste artigo sem manifestação expressa o Participante terá presumida a opção pelo Benefício Proporcional Diferido, desde que tenha pelo menos 3 (três) anos de vinculação ao Plano.		Parágrafo único - Transcorrido o prazo previsto no caput deste artigo sem manifestação expressa o Participante terá presumida a opção pelo Benefício Proporcional Diferido, desde que tenha pelo menos 3 (três) anos de vinculação ao Plano.
CAPÍTULO X		CAPÍTULO X
Do Capital Segurado		Do Capital Segurado
Artigo 48 - O capital a ser segurado deverá obedecer o limite mínimo e máximo de cobertura estabelecido pela sociedade seguradora constante da apólice de seguro a ser indenizado ao plano, por intermédio da Ceres, na forma legal, nos casos de eventual ocorrência de sinistros de invalidez ou morte, para cobertura da renda de invalidez, da renda de pensão por morte e do pecúlio por morte do Participante e do participante assistido.		Artigo 48 - O capital a ser segurado deverá obedecer o limite mínimo e máximo de cobertura estabelecido pela sociedade seguradora constante da apólice de seguro a ser indenizado ao plano, por intermédio da Ceres, na forma legal, nos casos de eventual ocorrência de sinistros de invalidez ou morte, para cobertura da renda de invalidez, da renda de pensão por morte e do pecúlio por morte do Participante e do participante assistido.
Parágrafo único - O participante e o participante assistido deverão escolher o valor do capital a ser segurado dentre os valores estabelecido pela sociedade seguradora, que poderá ser alterado de acordo com os termos da apólice.		Parágrafo único - O participante e o participante assistido deverão escolher o valor do capital a ser segurado dentre os valores estabelecido pela sociedade seguradora, que poderá ser alterado de acordo com os termos da apólice.
CAPÍTULO XI		CAPÍTULO XI
Das Disposições Gerais		Das Disposições Gerais
Artigo 49 - Observadas as disposições legais vigentes, a Ceres poderá contratar junto a Sociedade Seguradora autorizada a funcionar no país, seguro específico para cobertura de benefícios na forma da legislação vigente.		Artigo 49 - Observadas as disposições legais vigentes, a Ceres poderá contratar junto a Sociedade Seguradora autorizada a funcionar no país, seguro específico para cobertura de benefícios na forma da legislação vigente.
Artigo 50 - Sem prejuízo de outras informações cuja divulgação esteja prevista na legislação vigente, a Entidade disponibilizará semestralmente aos Participantes um extrato contendo, conforme o caso:		Artigo 50 - Sem prejuízo de outras informações cuja divulgação esteja prevista na legislação vigente, a Entidade disponibilizará semestralmente aos Participantes um extrato contendo, conforme o caso:
I - valor das Contribuições Básicas do Participante, em moeda corrente e em quotas;		I - valor das Contribuições Básicas do Participante, em moeda corrente e em quotas;
II - saldo da Conta Participante em moeda corrente e em quotas;		II - saldo da Conta Participante em moeda corrente e em quotas;
III - valor das contribuições de terceiros, em moeda corrente e em quotas;		III - valor das contribuições de terceiros, em moeda corrente e em quotas;
IV - saldo da Conta Terceiros, segregada em subcontas de empregadores dos participantes, instituidores e outros, conforme a constituição, em moeda corrente e em quotas;		IV - saldo da Conta Terceiros, segregada em subcontas de empregadores dos participantes, instituidores e outros, conforme a constituição, em moeda corrente e em quotas;
V - valores recebidos em nome do Participante, a		V - valores recebidos em nome do Participante, a

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
título de Portabilidade, em moeda corrente e em quotas; e VI - valor da quota patrimonial.		título de Portabilidade, em moeda corrente e em quotas; e VI - valor da quota patrimonial.
Artigo 51 - Para fins de elegibilidade aos benefícios do plano e aos institutos, o tempo em que o participante mantiver sua inscrição como Autopatrocinado ou em Benefício Programado Diferido será computado como Tempo de Vinculação ao Plano.		Artigo 51 - Para fins de elegibilidade aos benefícios do plano e aos institutos, o tempo em que o participante mantiver sua inscrição como Autopatrocinado ou em Benefício Programado Diferido será computado como Tempo de Vinculação ao Plano.
Artigo 52 - Verificado erro no valor de Renda a Entidade fará revisão por meio de ajuste no valor das parcelas futuras, considerando o saldo remanescente da Conta Assistido Renda e a forma de pagamento escolhida.		Artigo 52 - Verificado erro no valor de Renda a Entidade fará revisão por meio de ajuste no valor das parcelas futuras, considerando o saldo remanescente da Conta Assistido Renda e a forma de pagamento escolhida.
Artigo 53 - O Assistido, sob pena de suspensão da renda, deverá apresentar comprovante de vida na forma e no prazo definidos pelo órgão estatutário competente da Entidade.		Artigo 53 - O Assistido, sob pena de suspensão da renda, deverá apresentar comprovante de vida na forma e no prazo definidos pelo órgão estatutário competente da Entidade.
Artigo 54 - Nos casos em que o Participante ou o Beneficiário for incapaz, por força de lei ou de decisão judicial, a Renda Mensal será paga ao seu representante legal.		Artigo 54 - Nos casos em que o Participante ou o Beneficiário for incapaz, por força de lei ou de decisão judicial, a Renda Mensal será paga ao seu representante legal.
Artigo 55 - É vedada a outorga de poderes irrevogáveis para a percepção das rendas e pecúlios previstos neste Regulamento.		Artigo 55 - É vedada a outorga de poderes irrevogáveis para a percepção das rendas e pecúlios previstos neste Regulamento.
Artigo 56 - Este Regulamento só poderá ser alterado mediante aprovação da autoridade governamental competente		Artigo 56 - Este Regulamento só poderá ser alterado mediante aprovação da autoridade governamental competente
Artigo 57 - Os recursos remanescentes verificados na Conta Participante, na Conta Portabilidade, na conta Terceiros e na Conta Assistido Renda ou Conta Assistido Pecúlio, os quais, nas situações previstas neste Regulamento, não sejam utilizados para o pagamento de rendas ou pecúlio, serão destinados aos herdeiros legais, porém, na ausência de herdeiros legais estes recursos serão destinados à constituição de uma provisão no passivo contábil cujo saldo, ao final de cada exercício, será liquidado, havendo rateio entre Participantes e Assistidos, proporcionalmente ao saldo individual das contas individuais previstas neste Regulamento.		Artigo 57 - Os recursos remanescentes verificados na Conta Participante, na Conta Portabilidade, na conta Terceiros e na Conta Assistido Renda ou Conta Assistido Pecúlio, os quais, nas situações previstas neste Regulamento, não sejam utilizados para o pagamento de rendas ou pecúlio, serão destinados aos herdeiros legais, porém, na ausência de herdeiros legais estes recursos serão destinados à constituição de uma provisão no passivo contábil cujo saldo, ao final de cada exercício, será liquidado, havendo rateio entre Participantes e Assistidos, proporcionalmente ao saldo individual das contas individuais previstas neste Regulamento.
Parágrafo único - Os recursos destinados na forma do caput deste artigo, se couber, serão alocados na Conta Participante e na Conta Assistido Renda, no caso de Assistido.		Parágrafo único - Os recursos destinados na forma do caput deste artigo, se couber, serão alocados na Conta Participante e na Conta Assistido Renda, no caso de Assistido.
Artigo 58 - Sem prejuízo dos benefícios prescreve em cinco anos o direito às prestações não pagas nem reclamadas na época própria, resguardados os direitos dos menores dependentes, dos incapazes ou dos ausentes, na forma do Código Civil.		Artigo 58 - Sem prejuízo dos benefícios prescreve em cinco anos o direito às prestações não pagas nem reclamadas na época própria, resguardados os direitos dos menores dependentes, dos incapazes ou dos ausentes, na forma do Código Civil.
Artigo 59 - Os casos omissos serão regulados pelo Conselho Deliberativo da Entidade.		Artigo 59 - Os casos omissos serão regulados pelo Conselho Deliberativo da Entidade.
Artigo 60 - O presente Regulamento entrará em vigor na data de autorização pela autoridade governamental competente.		Artigo 60 - O presente Regulamento entrará em vigor na data de autorização pela autoridade governamental competente.

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

[illegible]

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

[illegible]

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

[illegible]

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

[illegible]

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

[illegible]

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

[illegible]

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

[illegible]

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

[illegible]

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

[illegible]